PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Valdiva Batista Barbosa[1]

RESUMO: A escolha do tema justifica-se pela relevância da alfabetização no contexto educacional, uma vez que essa etapa constitui a base para todas as aprendizagens futuras. Quando realizada de forma adequada, a alfabetização promove não apenas o domínio da leitura e escrita, mas também o desenvolvimento da autonomia, da criatividade e do pensamento crítico. A alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental é um processo essencial para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e cultural da criança. Mais do que ensinar a leitura e a escrita, ela promove o contato com diferentes formas de linguagem, ampliando a capacidade de compreensão, expressão e interação com o mundo. Nesse contexto, práticas pedagógicas significativas contribuem para o desenvolvimento do pensamento crítico, da criatividade, da autonomia e das competências socioemocionais. Além disso, a alfabetização favorece a formação de indivíduos capazes de interpretar, refletir e participar ativamente da sociedade. Dessa forma, compreender sua importância, seus desafios e as metodologias aplicadas é fundamental para garantir uma aprendizagem efetiva e o desenvolvimento integral dos alunos.

Palavras-chave: Alfabetização; Ensino Fundamental; Aprendizagem; Desenvolvimento Cognitivo; Práticas Pedagógicas; Leitura e Escrita.

ABSTRACT: The choice of this topic is justified by the relevance of literacy in the educational context, since this stage provides the foundation for all future learning. When carried out effectively, literacy promotes not only the mastery of reading and writing but also the development of autonomy, creativity, and critical thinking. Literacy in the early years of Elementary Education is an essential process for the cognitive, social, emotional, and cultural development of children. More than teaching reading and writing, it encourages contact with different forms of language, expanding children's ability to understand, express themselves, and interact with the world. In this context, meaningful pedagogical practices contribute to the development of critical thinking, creativity, autonomy, and socio-emotional skills. Furthermore, literacy fosters the formation of individuals capable of interpreting, reflecting, and actively participating in society. Therefore, understanding its importance, challenges, and applied methodologies is fundamental to ensuring effective learning and the comprehensive development of students.

Keywords: Literacy; Elementary Education; Learning; Cognitive Development; Pedagogical Practices; Reading and Writing.

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização é um dos momentos mais importantes da vida escolar, pois representa a porta de entrada para o universo do conhecimento. É nos anos iniciais do Ensino Fundamental que as crianças começam a desenvolver habilidades essenciais de leitura, escrita, interpretação e comunicação, fundamentais não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para sua participação ativa na sociedade. Por essa razão, o tema **“Práticas de Alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”** revela-se de grande relevância para a compreensão do processo educativo.

[1] Discente, Christian Business School. E-mail: valdivabatista1972@gmail.com.

Mais do que aprender a ler e escrever, a alfabetização possibilita que a criança construa conhecimentos, expresse ideias, compreenda o mundo ao seu redor e desenvolva sua autonomia. Esse processo contribui significativamente para o crescimento cognitivo, emocional, social e cultural dos estudantes, favorecendo a formação de indivíduos mais críticos, criativos e participativos. Nesse contexto, o papel do professor torna-se fundamental, uma vez que as práticas pedagógicas adotadas em sala de aula influenciam diretamente a qualidade e a efetividade da aprendizagem.

Além disso, discutir a alfabetização é refletir sobre os desafios presentes na educação contemporânea, como as dificuldades de aprendizagem, as desigualdades de acesso ao conhecimento e a necessidade de metodologias mais dinâmicas e inclusivas. Diante dessas questões, torna-se essencial compreender como as práticas de alfabetização são desenvolvidas nos anos iniciais, buscando estratégias que promovam uma aprendizagem mais significativa e adequada às necessidades de cada criança.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo destacar a importância da alfabetização na formação integral dos alunos, evidenciando sua contribuição para o desenvolvimento das competências necessárias à construção do conhecimento, ao exercício da cidadania e à atuação crítica e consciente na sociedade.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A alfabetização é um processo muito mais amplo do que apenas aprender a identificar letras, sílabas e palavras. Ela representa a construção de habilidades que permitem à criança compreender, interpretar e utilizar a leitura e a escrita em diferentes situações do cotidiano. Nesse sentido, a alfabetização está diretamente ligada ao letramento, que se refere à capacidade de fazer uso significativo da linguagem escrita nas práticas sociais.

De acordo com **Magda Soares**, alfabetizar significa ensinar o funcionamento do sistema de escrita, enquanto letrar envolve inserir o indivíduo em contextos reais de leitura e escrita, possibilitando que ele participe de forma ativa da vida social. Já **Emília Ferreiro** destaca que a criança não aprende de forma mecânica, mas constrói conhecimentos sobre a escrita gradualmente, formulando hipóteses e desenvolvendo sua compreensão a partir das experiências vivenciadas. Por isso, é fundamental que esse processo seja respeitado e valorizado pelos educadores.

Nesse contexto, o professor exerce um papel essencial como mediador da aprendizagem, criando oportunidades para que os alunos explorem a leitura e a escrita de maneira significativa e prazerosa. O uso de diferentes gêneros textuais, atividades lúdicas, jogos, histórias e propostas contextualizadas contribui para despertar o interesse das crianças e tornar o processo de alfabetização mais efetivo. Além disso, quando as práticas pedagógicas consideram as particularidades de cada estudante, a aprendizagem se torna mais inclusiva e capaz de atender às diversas necessidades presentes na sala de aula.

A importância desse processo é reforçada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que destaca a necessidade de garantir a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. Dessa forma, torna-se indispensável investir em metodologias que favoreçam a participação ativa dos alunos, promovam a construção do conhecimento e assegurem uma aprendizagem de qualidade para todos.

2.1 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS

A alfabetização é o processo de aprendizagem onde se desenvolve a habilidade de ler e escrever, porém o conceito de alfabetização vai muito além da codificação e decodificação de signos, esta ligada também as atividades técnicas.

> O termo alfabetização designa o ensino e o aprendizado de uma tecnologia de representação da linguagem humana, a escrita alfabético-ortográfica. O domínio dessa tecnologia envolve um conjunto de conhecimentos e procedimentos relacionados tanto ao funcionamento desse sistema de representação quanto às capacidades motoras e cognitivas para manipular os instrumentos e equipamentos de escrita. (SOARES; BATISTA p. 24. 2005).

A história da alfabetização passou por diversas transformações ao longo do tempo, acompanhando as mudanças nas concepções de ensino e aprendizagem. Com base nos estudos de Araújo (1996), citados por Mendonça (2008), é possível identificar três momentos marcantes nesse percurso. O primeiro remonta à Antiguidade e à Idade Média, período em que predominava o método da soletração, centrado na memorização das letras e sílabas. O segundo teve início entre os séculos XVI e XVIII, quando surgiram críticas a esse modelo, dando espaço ao desenvolvimento de diferentes métodos sintéticos e analíticos que permaneceram influentes até a década de 1960. Já o terceiro momento começou a partir da divulgação da Teoria da Psicogênese da Língua Escrita, desenvolvida por Emília Ferreiro e seus colaboradores, trazendo uma nova compreensão sobre a forma como as crianças constroem o conhecimento da escrita e questionando métodos exclusivamente baseados na relação entre letras e sons.

No Brasil, a alfabetização teve suas origens durante o período colonial, especialmente por meio do trabalho desenvolvido pelos jesuítas. Segundo Soares e Galvão (2004), a educação naquele contexto estava fortemente ligada à catequese e à transmissão dos valores religiosos cristãos. Os indígenas eram um dos principais públicos desse processo educativo, que tinha como finalidade, além do ensino básico, a difusão da cultura europeia. Naquela época, ainda não existia um sistema educacional organizado pelo Estado. Somente durante o período imperial surgiram iniciativas voltadas à estruturação da educação primária e secundária, principalmente para as camadas populares da sociedade, embora a escola estivesse fortemente associada aos ideais de civilização e formação moral da população.

Nesse cenário, destacava-se o Ratio Studiorum, documento que orientava a prática pedagógica dos jesuítas. Conforme destaca Santos (2018), esse modelo organizava o currículo e definia as atividades educativas desenvolvidas pelos religiosos, que ensinavam conteúdos como leitura, escrita, cálculo e música. O ensino seguia princípios inspirados em importantes pensadores, como Aristóteles e São Tomás de Aquino, refletindo as concepções educacionais da época. Entretanto, com a expulsão dos jesuítas do Brasil, novas mudanças foram ocorrendo no campo educacional, dando início a outras formas de organização do ensino.

Ao longo dos séculos, a alfabetização foi ganhando novos significados e ampliando seus objetivos. Um marco importante nesse processo ocorreu em 1958, quando a UNESCO apresentou uma definição de alfabetização relacionada à capacidade de ler e escrever com compreensão textos simples ligados às situações do cotidiano. Essa visão contribuiu para ampliar o entendimento sobre a alfabetização, deixando de ser vista apenas como o aprendizado mecânico da leitura e da escrita e passando a ser compreendida como uma competência essencial para a participação do indivíduo na vida social e cultural.

Essa definição tornou-se o guia seguido pelos censos nacionais para mensurar a alfabetização, e consequentemente por professores, pais, alunos e a sociedade em geral. A partir dos anos de 1950 e até o último censo de 2000, era considerada alfabetizada a pessoa que era capaz de ler e escrever um bilhete simples. Tal definição já evidenciava, desde então, uma ampliação do conceito de alfabetização. Em janeiro de 1964 foi aprovado o Plano Nacional de alfabetização e em 1964 períodos do golpe militar via a educação popular como ameaça a ordem. Em 1996 o governo Federal volta a ter uma ação efetiva, com o programa alfabetização solidária (PAS), mas não garantiu alfabetizar no tempo

previsto, que era de 1 mês para "formação" de professores, e de 5 meses para alfabetização. Santos (2018), diz que em 1971, houve uma necessidade de organização na educação devido ao quadro político e social. Foram feitas alterações no sistema educacional levando-se a uma reforma em vários pontos da Lei de 1961, a partir da qual surgiu a lei nº5. 692/71, que assumiu uma tendência tecnicista, em que se preocupavam em uma formação profissional para os educandos para que pudessem atender as demandas das produções industriais, e tinha como objetivo reter os alunos para que não alcançassem o 3º nível de ensino, deixando a classe trabalhadora em níveis inferiores de ensino, pois queriam impedir suas expressões políticas e reivindicatórias.

Segundo Magda Soares (2010), o letramento vai além da simples aprendizagem da leitura e da escrita. Trata-se de um processo que permite ao indivíduo utilizar essas habilidades de forma significativa em seu cotidiano, compreendendo a função social da linguagem escrita e participando ativamente das práticas de leitura e produção textual presentes na sociedade. Assim, não basta apenas reconhecer letras, formar palavras ou construir frases; é fundamental compreender o que se lê, interpretar diferentes tipos de textos e atribuir sentido às informações recebidas.

Nessa perspectiva, o letramento está diretamente relacionado à capacidade de fazer uso da leitura e da escrita em situações reais da vida social, cultural e acadêmica. Por isso, seu alcance não se limita às pessoas alfabetizadas, mas também envolve a análise dos impactos que a presença ou a ausência da cultura escrita exerce sobre os indivíduos e sobre a sociedade como um todo.

De acordo com Tfouni (2006), tanto a presença quanto a ausência da escrita influenciam profundamente as transformações sociais, culturais e psicológicas vivenciadas pelos indivíduos. Isso significa que o acesso às práticas de leitura e escrita não contribui apenas para o desenvolvimento escolar, mas também para a ampliação das oportunidades de participação social, do exercício da cidadania e da construção de novos conhecimentos.

Nesse contexto, a escola desempenha um papel fundamental ao promover experiências de leitura e escrita que façam sentido para os estudantes, aproximando a aprendizagem de suas vivências e realidades. Dessa forma, alfabetização e letramento caminham juntos, favorecendo não apenas o domínio do código escrito, mas também a formação de cidadãos capazes de compreender, interpretar e interagir criticamente com o mundo que os cerca. Segundo o pensamento de Soares (2003), a alfabetização e letramento são conceitos frequentemente confundidos e sobrepostos, é importante

distingui-los, ao mesmo tempo em que é importante também aproximá-los: a distinção é necessária porque a introdução, no campo da educação, do conceito de letramento tem ameaçado perigosamente a especificidade do processo de alfabetização; por outro lado, a aproximação é necessária porque não só o processo de alfabetização, embora distinto e específico. Ainda segundo Soares (2001), essa distinção seria: alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever, e letrado é o sujeito que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita “e a aproximação é a importância de compreender as especificidades, as proximidades e os entrelaçamentos dos processos de alfabetização e de letramento.

3 A ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

De acordo com Freire (1996) todos já trazem uma bagagem de conhecimento, ao chegar à escola. Assim, todo aluno tem um conhecimento prévio e deve ser levando levar em consideração. Feil (1987) aborda que, mesmo que a criança não reconhecendo os símbolos do alfabeto já lê o seu meio estabelecendo relação entre sindicantes e significados; relacionado sons, cheiros e texturas com objetos; coleciona, classifica e organiza. A partir do momento que a criança nasce a mesma cria caminhos para alcançar seus conhecimentos da leitura e escritas, observadas no seu redor várias pessoas conversado elas começam a reproduzi tudo que houve.

> A criança que se inicia na alfabetização já e um falante capaz de entender e falar a língua portuguesa com desembaraço e precisão nas circunstâncias de sua vida em que precisa usar a linguagem. Mas não sabe escrever nem ler. Esses são usos novos da linguagem para ela, e é, sobretudo, isso o que ela espera da escola. Em muitos casos, há ainda o interesse em aprender uma variedade do português de maior prestigio. (CAGLIARI p. 29, 2001.)

Estudos comprovam que quando a criança cresce no meio letrado, está exposta à influência de uma série de ações e essas ações são os contatos de adulto, adulto, criança e criança entre si. A experiência com leitores informa sobre a possiblidade de interpretação e sobre as ações pertinentes convencionalmente estabelecidas aqueles que conhecem a função social da escrita dão em forma explícita, assim a criança se vê envolvida como agentes e observador no mundo letrado para o adulto não há possibilidade de agir como se fosse eleito o escrito oferece múltiplas possibilidades para realização de livros de histórias periódicos, papeis e lápis de tintas (FERREIRA, 1995).

As crianças rurais estão em desvantagens em relação às urbanas, pois as mesmas trabalham com instrumentos de lavouras de terras empobrecidos e a escrita não é tão presente como no meio urbano é precisamente no meio Rural onde ensino pré-escolar é mais importante uma pré-escola que deixa entrar a escrita não que a proíba.

> A pré-escola escola deveria permitir a todas as crianças a liberdade de experimentar os sinais descritos no ambiente rico em escritas diversas, ou seja, escutar o hino ele vai saltar e ver os adultos escrevendo tentar escrever sem estar necessariamente copiando modelo tentar ler utilizados dados contextuais assim como reconhecimento semelhante diferente na série de letras brincarem com a linguagem para produzir semelhanças e diferenças e diferenças sonoras (FERREIRO p. 102, 1995).

Segundo Santos (2018), a alfabetização é um processo que vai muito além do aprendizado das letras e palavras. Embora envolva a compreensão do sistema de escrita e o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, sua verdadeira finalidade está na capacidade de utilizar esses conhecimentos de forma autônoma e significativa no cotidiano. Assim, uma criança alfabetizada não é apenas aquela que consegue decodificar palavras, mas aquela que compreende, interpreta e atribui sentido aos diferentes textos com os quais tem contato, tornando-se capaz de participar ativamente das práticas sociais que envolvem a linguagem escrita. Nesse contexto, a alfabetização desempenha um papel essencial na formação do indivíduo, possibilitando não apenas o acesso ao conhecimento, mas também o desenvolvimento da autonomia, da comunicação e do pensamento crítico. Quanto mais a criança é estimulada a interagir com diferentes gêneros textuais e situações reais de leitura e escrita, maiores são suas possibilidades de aprendizagem e participação social.

Um importante avanço para a educação brasileira ocorreu com a promulgação da **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006**, que ampliou a duração do Ensino Fundamental para nove anos e determinou o ingresso das crianças a partir dos seis anos de idade. Essa mudança teve como principal objetivo garantir mais tempo para o desenvolvimento das aprendizagens e ampliar o acesso à escolarização, especialmente para crianças que não tiveram a oportunidade de frequentar a Educação Infantil.

A partir dessa legislação, tornou-se obrigatória a matrícula das crianças de seis anos no Ensino Fundamental, assegurando-lhes o direito de iniciar mais cedo sua trajetória escolar. Além disso, a ampliação do tempo de permanência na educação básica passou a contribuir para um processo de alfabetização mais consistente, favorecendo o desenvolvimento gradual das competências de leitura, escrita e compreensão necessárias para a formação acadêmica e cidadã dos estudantes.

4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS

As práticas pedagógicas desenvolvidas nos anos iniciais do Ensino Fundamental têm papel decisivo no processo de alfabetização, pois é por meio delas que as crianças constroem os primeiros conhecimentos relacionados à leitura e à escrita. Nessa fase, mais do que transmitir conteúdos, o professor cria oportunidades de aprendizagem que despertam a curiosidade, a participação e o interesse dos alunos pelo universo da linguagem escrita. Nesse contexto, o educador atua como um mediador, acompanhando e incentivando cada criança em seu processo de aprendizagem. Por meio de atividades diversificadas, experiências significativas e situações que façam sentido para a realidade dos estudantes, o professor contribui para que eles desenvolvam gradualmente as competências necessárias para ler, escrever, interpretar e se comunicar com autonomia. Dessa forma, a alfabetização torna-se um processo mais dinâmico, acolhedor e capaz de atender às diferentes necessidades e ritmos de aprendizagem presentes na sala de aula.

Soares (2004, p. 25) entende que:

> [...] dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita se dá simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização –, e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a linguagem escrita – o letramento.

Dessa forma, é necessário que o ambiente escolar ofereça oportunidades para que os alunos tenham contato constante com diferentes gêneros textuais, permitindo a ampliação de suas experiências de leitura e escrita. Nessa perspectiva, atividades lúdicas, contação de histórias, jogos pedagógicos, produção de textos e projetos de leitura contribuem para tornar o processo de alfabetização mais significativo e motivador.

Segundo Freire (1996), a aprendizagem ocorre de forma mais efetiva quando os conhecimentos prévios dos alunos são valorizados. Assim, a prática pedagógica deve partir da realidade das crianças, considerando suas vivências, cultura e contexto social. Ao relacionar os conteúdos escolares às experiências cotidianas dos estudantes, o professor favorece a construção de aprendizagens mais contextualizadas e relevantes.

> A interdição que, especialmente, as classes populares vivem ao processo de apropriação da leitura e da escrita encontra terreno em múltiplos aspectos internos e externos à escola: a falta de uma política educacional que garanta uma escola de qualidade, as más condições físicas e de segurança das escolas; a falta de

> professores, a falta de bibliotecas não só as escolares, como públicas nas cidades; as dificuldades de aquisição por parte da população de livros, jornais, revistas. (Morais; Araújo, 2008, p. 3).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância da alfabetização nos primeiros anos escolares, destacando a necessidade de garantir que todas as crianças desenvolvam competências relacionadas à leitura, à escrita e à oralidade. Para isso, torna-se indispensável a adoção de metodologias diversificadas e inclusivas, que respeitem os diferentes ritmos e formas de aprendizagem dos alunos.

Entretanto, o processo de alfabetização ainda enfrenta diversos desafios. Entre eles, destacam-se as desigualdades sociais, a falta de recursos pedagógicos, as dificuldades de aprendizagem, a pouca participação da família na vida escolar e as diferenças de acesso às práticas de leitura e escrita fora da escola. Além disso, a formação continuada dos professores constitui um fator essencial para o sucesso da alfabetização. O educador precisa estar constantemente atualizado sobre teorias, metodologias e estratégias didáticas que contribuam para a melhoria da prática pedagógica. Conforme Soares (2003), alfabetização e letramento devem ocorrer de forma articulada, possibilitando que os alunos aprendam não apenas a ler e escrever, mas também a utilizar essas habilidades em situações reais de comunicação.

Portanto, as práticas pedagógicas voltadas para a alfabetização devem priorizar a participação ativa dos alunos, a valorização de seus conhecimentos prévios e a integração entre alfabetização e letramento. Dessa maneira, será possível promover uma aprendizagem significativa, contribuindo para a formação de indivíduos autônomos, críticos e capazes de atuar de forma consciente na sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental constitui um processo fundamental para o desenvolvimento integral da criança, uma vez que possibilita a aquisição das habilidades de leitura e escrita e favorece a construção do conhecimento, da autonomia e da participação social. Ao longo deste estudo, verificou-se que a alfabetização não se limita à aprendizagem do sistema de escrita, mas está diretamente relacionada ao letramento, permitindo que o aluno utilize a leitura e a escrita em diferentes situações do cotidiano. Os estudos de autores como Soares, Ferreiro e Freire demonstram que a criança é sujeito ativo na construção de sua aprendizagem, trazendo consigo conhecimentos prévios que devem ser considerados pelo professor durante o processo educativo. Nesse

contexto, a atuação docente assume papel essencial, cabendo ao educador desenvolver práticas pedagógicas significativas, diversificadas e contextualizadas, capazes de promover o interesse e a participação dos alunos.

Também foi possível compreender que inúmeros fatores influenciam a alfabetização, entre eles o ambiente familiar, as condições sociais, o acesso à cultura escrita e a qualidade das estratégias pedagógicas utilizadas na escola. Diante disso, torna-se indispensável a implementação de metodologias que integrem alfabetização e letramento, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem e garantindo oportunidades de desenvolvimento para todos os estudantes.

Conclui-se que investir em práticas de alfabetização eficazes nos anos iniciais é essencial para a formação de indivíduos críticos, autônomos e participativos. Dessa forma, a escola cumpre seu papel social ao proporcionar uma educação de qualidade, contribuindo para a construção da cidadania e para o desenvolvimento pessoal e acadêmico dos alunos ao longo de sua trajetória escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. **Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e lingüística**. São Paulo: Scipione, 1989.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1989.

MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos; ARAÚJO, Mairce da Silva. Alfabetização: desafios da prática alfabetizadora. **Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 157–171, 2008. DOI: 10.11606/issn.1980-7686.v2i3p157-171. Disponível em: https://revistas.usp.br/reaa/article/view/11476. Acesso em: 14 set. 2025.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, p. 5–17, 2004.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.